

9 EDITAL DE CONCORRÊNCIA

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CONCORRÊNCIA CO PPP ADM SMS Nº 01/2023

1. INTRODUÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, doravante simplesmente SMS, sediado na Afonso Cavalcanti nº 455 – 7º andar, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo menor contraprestação pública, para a contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA), devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência, na Descrição dos Serviços, no Regulamento dos SERVIÇOS ou no Memorial Descritivo, e no CONTRATO, na forma da lei.

1.2. Esta LICITAÇÃO e a adjudicação dela decorrente são regidas por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Complementar Municipal nº 105, de 22 de dezembro de 2009, Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2009, Lei Orgânica Do Município Do Rio De Janeiro, Lei Municipal De Concessões, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei Municipal nº 207/80, ratificado pela Lei Complementar Municipal nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas posteriores alterações e, no que for aplicável, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 9.074/95, bem como pelas demais normas municipais aplicáveis, e ainda pelos preceitos de Direito Público e pelas regras constantes deste EDITAL e seus ANEXOS. As referências às normas aplicáveis deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem

1.2.1. As LICITANTES declaram conhecer todas essas normas e concordam em se sujeitar às suas estipulações, ao sistema de penalidades previsto nesse instrumento e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento ou nos seus ANEXOS.

1.3. As minutas deste EDITAL e dos seus ANEXOS estiveram disponíveis para Consulta Pública no período de 05 de outubro de 2022 a 04 de novembro de

2022 em endereço eletrônico da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro - CDURP - e na sede da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o art. 15 da LEI MUNICIPAL DE PPP, e com o art.10, VI, da LEI FEDERAL DE PPP.

1.4. A presente licitação foi precedida de Audiência Pública, realizada no dia 14 de dezembro de 2022, à Rua Afonso Cavalcanti nº 455, subsolo, em conformidade com o art. 39 da LEI DE LICITAÇÕES.

1.5. As licitantes interessadas poderão obter o presente EDITAL e seus anexos nos seguintes endereços eletrônicos: <https://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/> e <https://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/5250-prefeitura-lanca-licitacao-para-ppp-do-complexo-hospitalar-souza-aguiar>, ou, alternativamente, na sede da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, em meio magnético ou em via impressa, neste último caso, mediante o pagamento da reprodução gráfica.

1.5.1. O pagamento referido acima deverá ser feito por depósito em espécie em conta a ser informada pelo Poder Concedente, de titularidade da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, durante o horário de atendimento bancário. Neste caso, quando da retirada do EDITAL, a empresa deverá apresentar cópia do recibo bancário constando a sua denominação ou razão social, o seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e o número deste EDITAL.

1.6. Até o dia anterior à DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES, o PODER CONCEDENTE manterá à disposição dos interessados os demais dados, estudos e informações referentes ao objeto da LICITAÇÃO, para exame, nos sites citados no item 1.5.

1.7. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o PODER PÚBLICO isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Os termos e expressões listados neste item, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado aqui atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente EDITAL, ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

2.2. Os termos e expressões definidos manterão seu significado independentemente do seu uso no singular ou no plural, ou no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.

“ADJUDICAÇÃO” Significa o ato formal pelo qual o PODER CONCEDENTE confere à LICITANTE vencedora o direito a celebrar o CONTRATO objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

“ADJUDICATÁRIA” Significa a LICITANTE vencedora e que constituirá a SPE a quem será concedido o objeto desta LICITAÇÃO;

“ANEXOS” Significam cada um dos documentos anexos ao presente EDITAL;

“ANVISA” Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão regulador dos serviços de saúde, com a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras;

“B3” B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, companhia situada na Rua XV de Novembro nº 275, Centro, São Paulo – SP, assessora técnica da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;

“BENS REVERSÍVEIS” São todos os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

“CADERNO DE ENCARGOS” É o documento que contém os elementos da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA que serão objeto de avaliação por parte do PODER CONCEDENTE, estabelecendo o modo e condições dos investimentos necessários à modernização e adequação das instalações prediais e operação dos serviços de BATA CINZA do COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR - CHMSA, conforme constante do ANEXO II a este EDITAL – CADERNO DE ENCARGOS e em seus apêndices;

“CAT” Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou pelo CAU para profissionais licenciados nas respectivas profissões;

“CAU” Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, em sua região;

“CCPAR” – Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, situada na Rua Sacadura Cabral nº 133, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, estatal que assessora a Prefeitura do Rio de Janeiro na estruturação do Projeto;

“CGP” Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público- Privadas – PROPAR-RIO;

“COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO” ou “CEL” Significa a Comissão Especial de Licitação, criada para processar e julgar a LICITAÇÃO, que possui as prerrogativas que lhe são atribuídas neste EDITAL e na legislação aplicável;

“CONCESSÃO ADMINISTRATIVA” Significa a parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS objetos do CONTRATO;

“CONCESSIONÁRIA” Sociedade de propósito específico a ser constituída pela ADJUDICATÁRIA para a assinatura e execução do CONTRATO;

“CONSÓRCIO” Significa o grupo de pessoas jurídicas que se unem para agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação e se vinculam por Termo de Compromisso de Constituição de SPE;

“CONTA GARANTIA” É a conta corrente específica aberta junto a uma INSTITUIÇÃO FINANCEIRA com a finalidade de garantir o pagamento da remuneração devida à CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento do MUNICÍPIO.

“CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA” É o Valor de Contraprestação Mensal – VCM. Significa a contrapartida devida à CONCESSIONÁRIA pela execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS, nos termos da Cláusula 20 da minuta do CONTRATO;

“CONTRATO” Significa o contrato de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA na modalidade administrativa para a modernização e adequação das instalações prediais e prestação dos SERVIÇOS DE BATA CINZA no CHMSA, conforme especificado neste EDITAL, no ANEXO I – Minuta de CONTRATO e demais ANEXOS deste EDITAL;

“CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONTA GARANTIA” É o instrumento contratual firmado entre o MUNICÍPIO, a CONCESSIONÁRIA e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que regerá e regulará a estrutura de garantias de pagamento do VCM, devido à CONCESSIONÁRIA;

“COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA)” É o objeto da Parceria Público-Privada prevista neste EDITAL, composto pelas unidades localizadas na Coordenadoria Geral de Emergência da Área de Planejamento 1.0 da Cidade do Rio de Janeiro, quais sejam o Hospital Municipal Souza Aguiar, o Centro de Emergência Regional e o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda;

“CREA” Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da engenharia e da agronomia, em sua região;

“DATA DE ASSINATURA” Data de celebração do CONTRATO;

“DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES” Ocasão em que deverão ser entregues pelas LICITANTES todos os documentos necessários à sua participação na LICITAÇÃO;

“DIRETOR DA SESSÃO” Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO na qualidade de auxiliar técnico da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os termos deste EDITAL;

“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” São os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira dos LICITANTES, de acordo com este EDITAL;

“D.O. RIO” É o Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro;

“EDITAL DE LICITAÇÃO” ou “EDITAL” O EDITAL e os ANEXOS da CONCORRÊNCIA PÚBLICA;

“ENVELOPE” Invólucro contendo os documentos para participação na LICITAÇÃO, designados como 1, 2 e 3;

“ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS” É cada etapa de execução dos serviços contratados, iniciada quando a CONCESSIONÁRIA recebe a posse das instalações físicas do CHMSA. Cada ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS receberá ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS específica, nos termos do EDITAL e seus anexos;

“FNS” É o Fundo Nacional de Saúde.

“GARANTIA DE PROPOSTA” É a garantia a ser prestada pelas LICITANTES, para assegurar a manutenção da PROPOSTA ECONÔMICA e o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas LICITANTES em razão de sua participação no certame;

“GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO” Significa a garantia prestada pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE para assegurar o adimplemento das obrigações por ela assumidas no CONTRATO;

“GARANTIA PÚBLICA” ou “GARANTIA DE PAGAMENTO DO VCM” Garantia oferecida pelo PODER CONCEDENTE, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias por ele assumidas neste CONTRATO;

“INDICADORES DE DESEMPENHO” Os critérios objetivos de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS e OBRAS;

“INSTITUIÇÃO FINANCEIRA” ou “BANCO DEPOSITÁRIO” É a instituição financeira, que recebe os valores advindos do FNS em favor do MUNICÍPIO e que efetuará os pagamentos à futura CONCESSIONÁRIA, bem como gerenciará CONTA-GARANTIA, conforme disposições constantes do ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO e de seu respectivo Anexo VII (MINUTA DE CONTRATO DE CONTA-GARANTIA), anexo ao presente EDITAL;

“LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” Significa a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infra legais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA, à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou as matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso;

“LEI FEDERAL DE CONCESSÕES” Significa a Lei Federal nº 8.987/95, conforme posteriormente alterada;

“LEI MUNICIPAL DE CONCESSÕES” Significa a Lei Complementar Municipal nº 37/98, conforme posteriormente alterada;

“LEI DE LICITAÇÕES” Significa a Lei Federal nº 8.666/93, conforme posteriormente alterada;

“LEI FEDERAL DE PPP” Significa a Lei Federal nº 11.079/04, conforme posteriormente alterada;

“LEI MUNICIPAL DE PPP” Significa a Lei Complementar Municipal nº 105/09, conforme posteriormente alterada;

“LICITAÇÃO” O procedimento administrativo da Concorrência nº 01/2023, que teve por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à outorga da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA objeto deste edital;

“LICITANTE” Significa a pessoa jurídica isolada ou o CONSÓRCIO que participe desta LICITAÇÃO;

“MANUAL DE PROCEDIMENTOS” DA B3 ou apenas “MANUAL B3” Anexo ao EDITAL contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de Garantia de Proposta, procedimentos

operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, observadas as regras deste EDITAL;

“MUNICÍPIO” ou “MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO” É o Município do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno;

“NOTA DE DESEMPENHO” Significa a nota atribuída à CONCESSIONÁRIA para fins de mensuração do desempenho da CONCESSIONÁRIA conforme os INDICADORES DE DESEMPENHO;

“OBRAS” Significa toda construção, reforma, recuperação ou ampliação a ser realizada pela CONCESSIONÁRIA;

“ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS” É a ordem emitida pelo MUNICÍPIO, nos termos do CONTRATO, para início da contagem da vigência contratual e início das diferentes ETAPAS DE OBRAS e de ETAPAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, conforme o caso;

“PARTES” São o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;

“PARCELA A” É o valor de referência da parcela fixa de remuneração do futuro contratado, correspondente a 60% (sessenta por cento) do VCM de referência;

“PARCELA B” É o valor de referência da parcela variável de remuneração do futuro contratado, correspondente a até 40% (quarenta por cento) do VCM de referência;

“PARTICIPANTE CREDENCIADA” Sociedades corretoras ou distribuidoras habilitadas a operar na B3, nos termos da legislação brasileira e conforme previsto no MANUAL B3, contratadas pelas LICITANTES para representá-las em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3;”

“PLANO DE NEGÓCIOS” Conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras, cobrindo todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, que deverá ser apresentado pelas LICITANTES, conforme diretrizes constantes no ANEXO III, para fins de aferição da viabilidade econômico-financeira da proposta da LICITANTE;

“PODER CONCEDENTE” É o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

“PODER PÚBLICO” Significa, para efeitos do CONTRATO, quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o PODER CONCEDENTE;

“PRAZO DA CONCESSÃO” É o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do recebimento da ORDEM DE INÍCIO da primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

“PRAZO DO CONTRATO” É o PRAZO DA CONCESSÃO, acrescido do período entre a assinatura e a ORDEM DE INÍCIO da primeira ETAPA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

“PROPAR-RIO” Significa o Programa Municipal de Parcerias Público–Privadas, instituído pela LEI MUNICIPAL DE PPP;

“PROPOSTA ECONÔMICA” Significa a proposta econômica a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos deste EDITAL e de seu ANEXO IV, a qual será incorporada ao CONTRATO como ANEXO III.2, e que deverá conter o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, contendo 1) o Valor da Contraprestação Anual; e 2) o valor Global do CONTRATO;

“RECEITAS ACESSÓRIAS” Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados, a serem exploradas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO;

“RECEITAS FINANCEIRAS” Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza;

“RESOLUÇÕES DE DIRETORIA COLEGIADA (RDC)” Ato que expressa decisão colegiada da ANVISA para edição de atos normativos sobre matérias de competência da Agência, inclusive estabelecimento e funcionamento de equipamentos de assistência à saúde, com previsão de sanções em caso de descumprimento;

“REPRESENTANTES CREDENCIADOS” São as pessoas autorizadas a representar as LICITANTES em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO;

“SERVIÇO AUXILIAR DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA – SADT” É a modalidade de prestação de serviços na área da saúde que se utiliza de recursos de uma fonte financiadora (SUS, Particular ou Convênio) com o objetivo de

esclarecer o diagnóstico ou realizar procedimentos terapêuticos específicos para pacientes externos, internos ou de emergência de um serviço de saúde;

“SERVIÇOS DE BATA BRANCA” São os serviços assistenciais de saúde, que compõem o atendimento integral aos usuários, prestados no CHMSA por intermédio de uma equipe multidisciplinar disponibilizada pelo MUNICÍPIO de médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos e outros profissionais de saúde. São considerados SERVIÇOS DE BATA BRANCA a prestação de atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial e de hospital-dia; a prestação de atendimento imediato de assistência à saúde (urgência e emergência); a prestação de atendimento de assistência à saúde em regime de internação; a prestação de atendimento de apoio ao diagnóstico e terapia; a prestação de serviço de apoio técnico;

“SERVIÇOS DE BATA CINZA” São os serviços não assistenciais de saúde, incluindo Serviços de Apoio Assistencial, Serviços Administrativos, Hotelaria, Higiene, Manutenção Predial, Manutenção de Equipamentos e Engenharia Clínica, aqui consideradas suas especificações gerais, recursos humanos, legislação trabalhista, gestão sustentável, monitoramento e indicadores de desempenho. Os SERVIÇOS DE BATA CINZA serão prestados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CHMSA;

“SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO” ou “SESSÃO PÚBLICA” Sessão pública de classificação de propostas escritas conjugadas com disputa à viva-voz, a ser conduzida pelo DIRETOR DA SESSÃO em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;

“SMS” É a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro;

“SOCIEDADE COLIGADA” A pessoa jurídica que detiver, em relação à outra, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais de participação no capital votante, sem deter seu controle;

“SPE” É a Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pela LICITANTE vencedora, a quem serão concedidos os serviços objeto do EDITAL, podendo destarte ser designada como CONCESSIONÁRIA e que celebrará o CONTRATO com o MUNICÍPIO;

“SUS” É o Sistema Único de Saúde, disciplinado pela Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e por atos normativos do da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal;

“USUÁRIOS” Significa as pessoas que façam uso dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

“VALOR ESTIMADO DO CONTRATO” É a estimativa do somatório de valores devidos pela administração pública à CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo contratual, orçado em R\$ 5.806.053.112,77 (cinco bilhões, oitocentos e seis milhões, cinquenta e três mil, cento e doze reais e setenta e sete centavos);

“VCM” Denominação do Valor da Contraprestação Mensal devido pelo PODER CONCEDENTE, isto é, o valor efetivo da CONTRAPRESTAÇÃO mensal que será pago à CONCESSIONÁRIA pela execução do CONTRATO de CONCESSÃO, calculado a partir do valor da contraprestação anual proposta, oferecido na PROPOSTA ECONÔMICA, considerando a medição do desempenho, realizada nos termos do ANEXO II.5 ao CONTRATO – INDICADORES DE DESEMPENHO, bem como as ETAPAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

3.1. Os interessados poderão solicitar quaisquer informações e esclarecimentos acerca desta LICITAÇÃO ou interpretação de qualquer dos dispositivos deste EDITAL até 10 (dez) dias úteis antes da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, por escrito, na sede da CCPAR à Rua Sacadura Cabral nº 133 - 3º andar, de 10 horas até 17 horas, ou, ainda, através do endereço eletrônico dep@ccpar.com.br, contendo o arquivo com as questões formuladas em formato ‘pdf’ ou ‘doc’ com informação do endereço eletrônico do LICITANTE para resposta.

3.1.1. Caberá ao presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responder aos pedidos de esclarecimentos até 5 (cinco) dias úteis antes da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, com disponibilização da resposta para todos os interessados por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

3.1.2. Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos sobre a LICITAÇÃO, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da LICITAÇÃO, não restando direito às LICITANTES para qualquer reclamação ulterior.

3.2. Qualquer cidadão e os LICITANTES interessados poderão formular impugnações a este EDITAL até 5 (cinco) dias úteis antes da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, por escrito, na Rua Sacadura Cabral, 133, 3º andar, de 10 horas até 17 horas de dias úteis, acompanhada de cópia do

documento de identidade do signatário e, se pessoa jurídica, da comprovação dos respectivos poderes.

3.2.1. No caso de CONSÓRCIO, a impugnação deverá ser assinada pelo representante da empresa líder.

3.2.2. Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR, auxiliada pelo Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, decidir sobre a impugnação até 1 (um) dia útil antes da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, com disponibilização da resposta para todos os interessados e sua divulgação por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

3.3. A LICITAÇÃO não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestadas as informações e os esclarecimentos ou decididas as impugnações porventura existentes. Apresentada a resposta da Administração, a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO serão realizadas nos prazos indicados no item 6.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

3.4. As respostas aos pedidos de informação e esclarecimento e as decisões das impugnações obrigarão a todas as LICITANTES e passarão a fazer parte deste EDITAL.

3.5. Em caso de resposta ou decisão que venha a repercutir na apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA, da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou na formulação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, deverá ser reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, a contar da data da sua divulgação.

3.6. A participação nesta LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação e concordância de todos os termos e condições estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS, bem como na observância da legislação, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

4. RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DO EDITAL

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde tem a prerrogativa de retificar e alterar qualquer disposição deste EDITAL até a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

4.2. As retificações e alterações do EDITAL obrigarão a todas as LICITANTES e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

4.3. Em caso de retificação ou alteração de cláusula que venha a repercutir na apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA, da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou na formulação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, deverá ser

reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, a contar da data da sua divulgação.

5. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

5.1. Autorização do Conselho Gestor de Parcerias, constante do Processo Administrativo nº SMS-PRO-2022/03013, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 31/03/2023.

6. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

6.1. Os ENVELOPES deverão ser entregues à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no dia **22 de junho de 2023, das 09h00 às 12h00 horas**, na Rua XV de Novembro, 275, na sede da B3, em São Paulo/SP. A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO, para a abertura dos ENVELOPES 2 de todas as LICITANTES e classificação, bem como a abertura do ENVELOPE 3 da LICITANTE melhor classificada, ocorrerá no dia **28 de junho de 2023, às 14 horas**, igualmente na sede da B3, na Rua XV de Novembro, 275, São Paulo/SP.

6.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela Comissão de Licitação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

7. OBJETO E METAS

7.1. O objeto da presente LICITAÇÃO é a outorga da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA), conforme especificado no EDITAL, na forma do CONTRATO, bem como da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios e do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do EDITAL e seus ANEXOS, na forma da lei e das normas regulamentares.

7.2. A execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos constantes da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pelo ADJUDICATÁRIO.

7.3. A presente CONCESSÃO tem por metas:

i) Promover a realização das OBRAS e da implantação dos SERVIÇOS de BATA CINZA no CHMSA, em conformidade com os princípios de transparência,

regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade tarifária, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito ao usuário e ao cidadão;

ii) Alcançar níveis objetivos de adequação, conforme especificados no Termo de Referência, no Regulamento dos SERVIÇOS, no Plano de Negócios e no Quadro de Indicadores de Desempenho.

8. TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Esta LICITAÇÃO será julgada pelo critério de menor contraprestação pública anual.

9. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

9.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 5.806.053.112,77 (cinco bilhões, oitocentos e seis milhões, cinquenta e três mil, cento e doze reais e setenta e sete centavos), na data base de março de 2023, correspondente à soma dos valores estimados da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, a serem recebidas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo estipulado para a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

9.2. Os valores antes mencionados foram fixados com base em projeções elaboradas pelo PODER CONCEDENTE nos autos do Processo Administrativo nº SMS-PRO-2022/03013, constando do presente Edital em cumprimento às normas financeiras e orçamentárias

a ele impostas, não servindo, por conseguinte, para assegurar qualquer direito aos licitantes ou à CONCESSIONÁRIA, que deverão, por sua própria conta e risco, realizar as investigações, levantamentos e estudos, e desenvolver os projetos para permitir a apresentação de suas PROPOSTAS ECONÔMICAS E TÉCNICAS e PLANO DE NEGÓCIOS, e para subsidiar as suas estratégias de gestão do SERVIÇO.

9.3. A alteração das premissas consideradas pelo PODER CONCEDENTE para a elaboração das projeções antes mencionadas não autorizará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, de modo que o PODER CONCEDENTE não é responsável pela manutenção da rentabilidade estimada nas suas projeções.

10. PRAZO

10.1. O CONTRATO vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da data estabelecida na ORDEM DE INÍCIO.

11. VISITA TÉCNICA

11.1. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento da área e condições para execução das OBRAS e dos SERVIÇOS, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto da LICITAÇÃO.

11.1.1. O comparecimento das LICITANTES na visita técnica não é obrigatório.

11.2. As LICITANTES, mediante a presença de, no máximo, 10 (dez) representantes e às suas expensas, poderão efetuar visita técnica à área destinada à realização das OBRAS, quando for o caso, e, realização dos SERVIÇOS, para a verificação das condições locais. As LICITANTES deverão indicar os nomes dos seus representantes, os quais se comprometerão a comparecer devidamente munidos com os pertinentes documentos de identificação.

11.3. As LICITANTES interessadas em efetuar visita técnica deverão ser agendadas junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com antecedência de 5 (cinco) dias. As visitas técnicas ocorrerão entre os dias 05 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, conforme o volume de requerimentos dos LICITANTES.

11.4. A visita técnica será coordenada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a qual disponibilizará um ou mais técnicos para acompanhamento das LICITANTES no local.

11.5. A visita técnica tem por finalidade permitir às LICITANTES avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação das suas propostas, bem como para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS.

11.6. Realizada a visita técnica, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO emitirá atestado de realização da visita técnica em nome da LICITANTE, indicando o dia e a hora de sua realização.

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Poderão participar da presente LICITAÇÃO sociedades brasileiras ou estrangeiras, de forma isolada ou reunidas em CONSÓRCIO, que satisfaçam plenamente todos os termos e as condições deste EDITAL.

12.1.1. Para efeitos do presente EDITAL, equiparam-se a sociedades e, portanto, terão sua participação admitida na presente LICITAÇÃO as entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, as instituições financeiras,

fundações, associações sem fins lucrativos, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras, desde que reunidas em consórcio com outra(s) sociedade(s) empresária(s) que atenda às condições de habilitação.

12.2. Não poderão participar desta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente, isoladamente ou em CONSÓRCIO, pessoas jurídicas:

- (i) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- (ii) suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública;
- (iii) sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- (iv) cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do MUNICÍPIO ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de publicação do EDITAL;
- (v) que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses;
- (vi) sob o controle acionário, direto ou indireto, de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, exceto se aquelas integrarem o mesmo consórcio;
- (vii) coligadas, controladas, controladoras e sob controle comum, exceto se aquelas integrarem o mesmo consórcio
- (viii) condenadas à pena de interdição temporária de direitos pela prática de crime ambiental prevista no artigo 10, da Lei Federal nº 9.605/98; e,
- (ix) constituídas sob a forma de sociedades cooperativas.

12.3. As LICITANTES estrangeiras deverão, como condição indispensável de participação nesta LICITAÇÃO:

- (i). Possuir na data de apresentação dos envelopes, representante residente no Brasil com mandato para representá-las em quaisquer atos relacionados à presente LICITAÇÃO, devendo, inclusive, poder receber citações e responder administrativa e judicialmente pelos atos praticados em nome de tais sociedades.
- (ii) Apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

(iii) Atender aos itens do presente EDITAL mediante apresentação de documentos equivalentes autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

13. CONSÓRCIOS

13.1. Os CONSÓRCIOS deverão ser compostos por no máximo 5 (cinco) sociedades empresariais, devendo cada qual possuir uma participação mínima de 10,0% no CONSÓRCIO.

13.2. As sociedades consorciadas, assim como as suas coligadas, controladas, controladoras e sociedades sob controle comum não poderão participar da licitação isoladamente, por intermédio de mais de um consórcio, ou por qualquer forma que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte das referidas sociedades e/ou do respectivo grupo empresarial;

13.3. As sociedades consorciadas poderão apresentar de forma conjunta, mas deverão atender de forma individualizada, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.4. As consorciadas poderão atender isoladamente ou somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, independentemente da proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atenderem as exigências deste EDITAL relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será, contudo, admitida a soma de índices de liquidez, endividamento, alavancagem e cobertura de benefícios para fins de qualificação econômico-financeira.

13.5. Deverá ser apresentado, nos documentos relativos à habilitação jurídica, instrumento público ou particular de compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

- (i) a denominação do CONSÓRCIO;
- (ii) os objetivos do CONSÓRCIO, restritos à participação na LICITAÇÃO;
- (iii) a indicação da porcentagem de participação das consorciadas no CONSÓRCIO;
- (iv) a indicação da empresa líder do CONSÓRCIO;
- (v) a outorga de amplos poderes à empresa líder do CONSÓRCIO para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do CONSÓRCIO;
- (vi) declaração expressa de cada participante do CONSÓRCIO, vigente a partir da data de apresentação das propostas, de aceitação de responsabilidade

solidária, nos termos da LEI DE LICITAÇÕES, no tocante ao objeto desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas nas propostas. A responsabilidade solidária dos membros do CONSÓRCIO cessará: (a) no caso de o CONSÓRCIO ter sido vencedor, após o término da vigência do CONTRATO; e, (b) no caso de o CONSÓRCIO não ter sido vencedor, em 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da assinatura do CONTRATO;

(vii) vedação à participação de uma mesma sociedade (incluindo suas coligadas, controladas, controladoras ou outra sociedade sob controle comum) ou de um mesmo fundo de investimento (incluindo seus gestores) em mais de um consórcio, bem como de qualquer outro arranjo empresarial que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte de uma mesma sociedade ou fundo de investimento; e,

(viii) compromisso de que, caso venha a ser vencedor da LICITAÇÃO, o CONSÓRCIO constituirá sociedade de propósito específico, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede no MUNICÍPIO e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica.

13.6. No caso de CONSÓRCIO entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

13.7. A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do CONSÓRCIO da presente LICITAÇÃO.

13.8. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou a alteração da participação de qualquer consorciada, desde a apresentação dos envelopes até a assinatura do CONTRATO.

13.9. O CONSÓRCIO vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do CONTRATO.

13.10. Em se tratando de CONSÓRCIO vencedor, este deverá providenciar previamente à celebração do respectivo CONTRATO, a constituição da sociedade de propósito específico, conforme previsto neste EDITAL, observando as mesmas participações no seu capital social do que aquelas constantes do CONSÓRCIO e seu compromisso de constituição, salvo se diversamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE. Fica ressalvado que o CONSÓRCIO que tenha apresentado apenas compromisso de constituição de consórcio, caso se sagre vencedor, poderá optar por diretamente constituir a sociedade de propósito específico, deixando de constituir formalmente o CONSÓRCIO.

14. GARANTIA DE PROPOSTA

14.1. Cada LICITANTE deverá, para cobertura das obrigações previstas no presente EDITAL, prestar GARANTIA DE PROPOSTA, no valor de R\$ 5.806.053,11 (cinco milhões, oitocentos e seis mil, cinquenta e três reais e onze

centavos), equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do VALOR DO CONTRATO, em qualquer uma das seguintes modalidades:

- (i) caução em dinheiro, na moeda corrente do País;
- (ii) caução em títulos da dívida pública, avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, não sujeitos a nenhum ônus ou gravame;
- (iii) seguro-garantia; ou,
- (iv) fiança bancária, observado o padrão estabelecido pelo Decreto Municipal nº 26.244/06.

14.2. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser prestada da seguinte forma:

- (i) quando em caução em dinheiro, o LICITANTE deverá realizar o depósito conforme instruções do PODER CONCEDENTE, descritas através da Resolução Conjunta SMF/ CGM nº 154/2013;
- (ii) quando em caução de títulos públicos federais regulados pela Lei Federal nº 10.179/2001, esses ficarão caucionados em favor do PODER CONCEDENTE, mediante depósito realizado nos termos do MANUAL B3, devendo-se observar o seguinte: (a) LICITANTE(s) detentora(s) de carteira própria de títulos públicos federais deverão proceder ao aporte da GARANTIA DE PROPOSTA mediante a transferência desses títulos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema; (b) serão aceitos apenas os seguintes títulos públicos federais: Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN), Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN -C) ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F), que deverão ser emitidas sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil; (c) Títulos Públicos serão valorados diariamente pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia e apurado pela B3.
- (iii) observar o modelo constante do ANEXO V e demais diretrizes do MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3; (b) a fiadora escolhida deverá possuir preferencialmente, cadastro na B3, o qual poderá ser utilizado como meio de comprovação dos poderes dos signatários da fiadora, facultando-se, alternativamente, a apresentação de documentos no interior do ENVELOPE 1 para este fim; (c) a fiadora deverá ser banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizado a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro e que observe as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco; (d) o banco deverá ser instituição financeira classificada entre o primeiro e

o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B” na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das seguintes agências de classificação de risco: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors; e (d) banco deverá possuir o sistema EMVIA para que a B3 verifique a autenticidade da carta de fiança;

(iv) Quando em seguro-garantia, deverá (a) observar o conteúdo do ANEXO V – 6.Termos e Condições Mínimas do Seguro Garantia e demais diretrizes do MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3; (b) ser emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP e que possua, preferencialmente cadastro na B3, o qual poderá ser utilizado como meio de comprovação dos poderes dos signatários da seguradora, facultando-se, alternativamente, a apresentação de documentos no interior do ENVELOPE 1 para este fim ou a apresentação de certidão dos administradores emitida pela SUSEP; (c) a assinatura dos administradores da sociedade emitente (podendo ser assinatura com certificação digital, no caso de apólice emitida dessa forma), com comprovação dos respectivos poderes para representação; (d) a vigência da apólice deve iniciar-se no dia anterior ao estabelecido para a DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES, a fim de que possa contemplar as 24 (vinte e quatro) horas de início e de fim de vigência, nos termos do caput; (e) a autenticidade das apólices de seguro garantia com certificação digital deverá ser passível de verificação no site da seguradora ou da SUSEP.

14.3. Além da GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do 14.1 do Edital, também deverão constar no interior do ENVELOPE 01:

- (i) Documentos de representação da licitante no certame, relativos ao REPRESENTANTE CREDENCIADO, nos termos do item 17.5 e seguintes deste EDITAL e conforme modelo constante no ANEXO V;
- (ii) Se Consórcio, compromisso de Constituição de Consórcio, previsto no subitem 13.5 deste EDITAL;
- (iii) Contrato de Intermediação entre a LICITANTE e a PARTICIPANTE CREDENCIADA, nos termos do item 17.12 deste EDITAL e demais disposições do Manual de Procedimentos B3;
- (iv) Declaração de atendimento aos critérios de desempate, conforme modelo constante no ANEXO V; e
- (v) Não será necessário o envio dos documentos de comprovação de poderes de representação dos signatários das fianças bancárias e seguros-garantia, quando as instituições possuírem cadastro atualizado como emissor de garantias da B3. Caso o emissor não possua o referido cadastro ou este não esteja atualizado perante a B3, a proponente deverá apresentar a comprovação dos poderes, no interior do ENVELOPE 1, mediante certidão dos administradores emitida pela SUSEP, se seguro garantia, ou apresentar

comprovação dos representantes legais, emitida no site do Banco Central, se Fiança Bancária, nos termos do MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3.

14.4. Os documentos indicados neste item 14 do EDITAL não poderão conter qualquer informação relativa à PROPOSTA ECONÔMICA, sob pena de inabilitação.

14.5. A LICITANTE que deixar de apresentar ou não tiver a garantia da proposta aceita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO será inabilitada do certame.

14.6. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data designada para a entrega da documentação da LICITAÇÃO, e conter cláusula de prorrogação, por igual período, em caso de prorrogação da validade da proposta, cabendo à LICITANTE comprovar, se necessário, sua renovação à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, até 10 (dez) dias úteis antes do vencimento deste prazo.

14.6.1. Se a LICITANTE não comprovar a renovação da GARANTIA DE PROPOSTA no prazo fixado no item acima, será notificada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento da notificação, sob pena de ser inabilitada da LICITAÇÃO.

14.7. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelas diferentes consorciadas, desde que a soma atinja o valor estabelecido e que conste a denominação do consórcio e a indicação das empresas consorciadas.

14.8. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE PROPOSTA, a qual será executada, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

(i) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA ECONÔMICA durante seu período de validade;

(ii) se a LICITANTE, sendo ADJUDICATÁRIA, se recusar a assinar o CONTRATO;

(iii) se a LICITANTE incorrer em multa, penalidades ou causar prejuízos para o PODER CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO; ou,

(iv) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do CONTRATO.

14.9. A GARANTIA DE PROPOSTA será liberada até 30 (trinta) dias após

(i) a publicação do extrato do CONTRATO;

(ii) a publicação da decisão que julgou o LICITANTE inabilitada ou desclassificada, desde que não tenha sido apresentado recurso ou tenha este sido julgado improcedente de forma definitiva; ou,

(iii) da revogação ou anulação da LICITAÇÃO, conforme o caso.

15. CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

15.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada em duas fases, sendo a primeira, de julgamento de propostas, e a segunda, de habilitação, por uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, conforme as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

15.2. A fase de julgamento das propostas consistirá na avaliação das PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelas LICITANTES, nos termos deste EDITAL.

15.2.1. As LICITANTES deverão formular suas PROPOSTAS ECONÔMICAS com base nos critérios definidos neste EDITAL e em seus ANEXOS.

15.3. A fase de habilitação consistirá na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA ECONÔMICA mais bem classificada, conforme os termos desse EDITAL e seus ANEXOS.

15.4. Será declarada vencedora a LICITANTE que tiver apresentado a PROPOSTA ECONÔMICA mais bem classificada e for devidamente habilitada, nos termos deste EDITAL.

15.5. Concluída a fase de julgamento de propostas e aberto o envelope dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO não cabe desclassificação de qualquer LICITANTE, por motivo relacionado àquela fase, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15.6. A intimação e a divulgação dos atos desta LICITAÇÃO serão feitas por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, podendo também a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fazê-lo por outros meios de comunicação que considerar convenientes.

15.7. As LICITANTES devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus ANEXOS, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação e concordância integral e incondicional com os termos e condições deste instrumento convocatório.

15.8. Após a entrega dos envelopes não caberá à LICITANTE desistir de sua proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

15.9. Todos os atos praticados na sessão serão lavrados em ata assinada pelas LICITANTES presentes e pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

16. REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

16.1. Os documentos relacionados à presente LICITAÇÃO, em especial os integrantes dos ENVELOPES 1 – GARANTIA DA PROPOSTA, ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA e ENVELOPE 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverão ser apresentados na data e local indicados no item 1 deste EDITAL e conforme o que segue.

16.2. Os documentos exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em envelopes opacos, fechados, indevassáveis, distintos e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE 1

GARANTIA DA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA CO PPP ADM SMS Nº 01/2023 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA)

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL OU DO CONSÓRCIO LICITANTE] Em caso de consórcio LICITANTE, incluir:
[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO LICITANTE]

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S)
REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

ENVELOPE 2

PROPOSTA ECONÔMICA

CONCORRÊNCIA CO PPP ADM SMS Nº 01/2023 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA)

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL OU DO CONSÓRCIO LICITANTE] Em caso de consórcio LICITANTE, incluir:
[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO LICITANTE]

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S)
REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

ENVELOPE 3

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA CO PPP ADM SMS Nº 01/2023 - CONCESSÃO
ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA
COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE
PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO
HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA)

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL OU DO CONSÓRCIO LICITANTE] Em caso de consórcio LICITANTE, incluir:
[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO LICITANTE]

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S)
REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

16.3. Os documentos deverão ser apresentados pelas LICITANTES em 2 (duas) vias físicas (1ª e 2ª vias), sendo que uma das vias ficará sob a guarda da B3 e a outra sob a guarda da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

16.3.1. Os documentos deverão ser apresentados, na 1ª via, em sua forma original ou cópia autenticada, podendo os documentos da 2ª via serem apresentados em cópia simples.

16.3.2. A documentação deverá ser numerada sequencialmente e em ordem crescente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos, capas e folhas de rosto, independentemente da quantidade de volumes de cada caderno, da primeira à última página, de modo que a numeração relativa à última página seja igual à quantidade total de páginas apresentadas.

16.4. Todas as páginas deverão, ainda, estar rubricadas pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO da LICITANTE;

16.5. Toda a documentação que as LICITANTES apresentarem em forma impressa deverá ser acompanhada de cópia fiel, em meio eletrônico (pen-drive), em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) não editáveis, que deverão integrar cada ENVELOPE.

16.5.1. Os pen-drives deverão estar, sempre que possível, etiquetados com o nome da LICITANTE e discriminação do ENVELOPE a que se referem (1, 2 ou 3).

16.6. Serão admitidas assinaturas eletrônicas e a inclusão de documentos digitais, desde que no documento apresentado constem meios hábeis para a verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando a, QR Codes e códigos para validação em links de sites expressamente indicados no documento em questão.

16.7. No caso de utilização de assinaturas eletrônicas, fica dispensado o reconhecimento de firma, estando incluídos nesta hipótese, dentre outros:

I. documentos obtidos pela internet que estejam acompanhados de código de verificação que permita a apuração de sua autenticidade, a exemplo de comprovantes de inscrição no CNPJ; e

II. documentação societária registrada nas respectivas Juntas Comerciais, desde que sua autenticidade possa ser verificada eletronicamente.

16.8. Faculta-se à LICITANTE a inclusão do documento nato-digital no pen-drive acessório ao respectivo ENVELOPE, nos casos em que o documento não indicar os meios de verificação da autenticidade de que trata o subitem

16.9. Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma.

16.10.1. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

16.10.2. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/16, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo

consulado pela aposição da apostila de que trata a referida Convenção, quando couber.

16.10.3. As empresas estrangeiras que participarem isoladamente ou por meio de CONSÓRCIO, que não funcionem no Brasil, deverão apresentar a documentação exigida em conformidade com a legislação do país de origem, devendo, tanto quanto possível, apresentar documentos equivalentes àqueles exigidos das empresas brasileiras, de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

16.10.4 Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste EDITAL ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, emitida por instituição de direito público ou por notário público, devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira no país de origem e traduzida por tradutor juramentado.

16.10.5. Caso algum dos documentos exigidos no item 18.8 e 18.9 se enquadre na hipótese do item anterior, deverá ser apresentada pela LICITANTE declaração de inexistência de débitos de natureza tributária e trabalhista exigíveis, além da declaração prevista neste item.

16.11 Os valores constantes de quaisquer dos documentos solicitados nesta LICITAÇÃO, incluindo sem limitação aqueles contidos na habilitação econômico-financeira, deverão ser expressos em Reais (R\$).

16.11.1. Caso tais valores sejam apurados em outra moeda, a Licitante deverá converter esses valores em Reais (R\$) à taxa de câmbio comercial para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, devendo, para tanto, explicitar a taxa de conversão utilizada no próprio documento.

16.12. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes, sem prejuízo de a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO adotar diligências, conforme disposto no item 18.1 e seguintes deste EDITAL.

16.13. Quando da apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA ECONÔMICA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

(i) respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;

(ii) autorizam a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes; e,

(iii) conhecem as condições e as características da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA objeto desta LICITAÇÃO.

17. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES

17.1. Competirá aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS exercer todos os atos praticados pelas LICITANTES perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, bem como firmar todas as declarações e documentos necessários à participação do certame, inclusive o contrato de intermediação entre a PARTICIPANTE CREDENCIADA e a LICITANTE.

REPRESENTANTES CREDENCIADOS

17.2. Será permitida a apresentação de documentos pela LICITANTE assinados por representantes legais ou constituídos que não sejam credenciados, desde que acompanhados de documentação que comprove os poderes do respectivo signatário.

17.3. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única LICITANTE.

17.4. Cada LICITANTE poderá constituir até 2 (dois) REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

17.5. A outorga de poderes de representação aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS dar-se-á pela apresentação, no ENVELOPE 1, dos seguintes documentos:

I. para LICITANTES brasileiras ou filiais de pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil:

a) no caso representação da LICITANTE por representante estatutário ou indicado em seu contrato social, mediante apresentação do contrato social, estatuto social ou documentos comprobatórios dos poderes de representação dos representantes legais, se assim for o caso, admitida a apresentação de certidão simplificada para essa finalidade;

b) no caso de representação da LICITANTE por procurador, mediante apresentação de instrumento de mandato, público ou particular, nos termos do Modelo do ANEXO V, que comprove poderes para praticar, em nome da LICITANTE, todos os atos referentes à LICITAÇÃO, incluindo poderes expressos específicos para representar as LICITANTES em todos os atos, incluindo receber citação e representar a LICITANTE administrativa e judicialmente, interpor, renunciar e desistir da interposição de recurso, ofertar e ratificar propostas, concordar com condições, transigir, assumir obrigações, renunciar direitos e assinar quaisquer papéis, documentos, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s), conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente, admitida a apresentação de certidão simplificada para essa finalidade.

II. Para LICITANTES estrangeiras que não funcionem no Brasil, mediante apresentação de:

a) instrumento de mandato outorgado ao representante residente no Brasil, nos termos do Modelo do ANEXO V com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, legalizado pela representação consular brasileira, que comprove poderes para, todos os atos referentes à LICITAÇÃO, incluindo poderes expressos específicos para representar as LICITANTES em todos os atos, incluindo receber citação e representar a LICITANTE administrativa e judicialmente, interpor, renunciar e desistir da interposição de recurso, ofertar e ratificar lances e propostas, concordar com condições, transigir, assumir obrigações, renunciar direitos e assinar quaisquer papéis, documentos.

b) documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, legalizados pela representação consular brasileira, sendo que em qualquer hipótese os documentos devem ser acompanhados da respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa, realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer das Juntas Comerciais do Brasil, conforme última alteração arquivada no registro empresarial, civil competente ou exigência equivalente do país de origem.

III. Para LICITANTES organizadas na forma de CONSÓRCIO deverão ser apresentados:

a) compromisso Constituição de SPE;

b) comprovação de poderes de cada um dos signatários do compromisso, mediante apresentação dos documentos de que tratam os incisos I e II deste item 17.5, conforme o caso;

c) procurações outorgadas pelas CONSORCIADAS à empresa líder, conferindo-lhe poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para representar o CONSÓRCIO concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto do LICITAÇÃO. Ressalvada a dispensa de apresentação se as CONSORCIADAS apresentarem de forma inequívoca no compromisso de Constituição de SPE todos os poderes necessários para representação no referido EDITAL, devidamente assinado com reconhecimento de firma dos CONSORCIADOS ou assinatura eletrônica nos termos do ICP-Brasil.

17.6. Caso a LICITAÇÃO se estenda para além do período previsto nos instrumentos de mandato, as LICITANTES deverão promover a sua renovação, sob pena de deixarem de estar devidamente representadas na LICITAÇÃO.

17.7. A qualquer momento, as LICITANTES poderão credenciar representantes, observada a limitação quantitativa, bem como substituir ou revogar credenciamento realizado anteriormente.

17.8. Não será admitido aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS intervir nem praticar atos durante a SESSÃO PÚBLICA cuja prática seja de responsabilidade das PARTICIPANTES CREDENCIADAS.

PARTICIPANTES CREDENCIADAS

17.9. As PARTICIPANTES CREDENCIADAS deverão representar as LICITANTES na prática dos atos executados perante a B3, em especial na entrega dos ENVELOPES e nos atos da SESSÃO PÚBLICA.

17.10. Cada PARTICIPANTE CREDENCIADA somente poderá exercer a representação de uma única LICITANTE e cada LICITANTE somente poderá estar representada e participar do LICITAÇÃO por meio de uma única PARTICIPANTE CREDENCIADA.

17.11. O contrato de intermediação entre a PARTICIPANTE CREDENCIADA e a LICITANTE deverá possuir o conteúdo mínimo especificado no MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3 e deverá estar em seu original ou cópia no ENVELOPE 1, e deverá ser acompanhada do ato societário, procuração e/ou outros documentos que comprovem os poderes dos signatários de ambas as partes

caso o cadastro da PARTICIPANTE CREDENCIADA esteja desatualizado perante a B3.

17.12. Em caso de CONSÓRCIO, poderá ser firmado um contrato entre todas as CONSORCIADAS com a PARTICIPANTE CREDENCIADA, ou contratos individuais entre cada consorciada e a PARTICIPANTE CREDENCIADA, ou ainda, contrato entre a empresa líder, em nome do CONSÓRCIO, desde que tenha poderes para tanto.”

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso.

18.2. Se os certificados, declarações, registros e certidões exigidos para habilitação das LICITANTES não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, e, da mesma forma, não conste previsão de prazo de validade em legislação específica, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

18.3. Serão admitidos certificados, declarações, registros e certidões obtidos pela internet, desde que tenham sido emitidos por sites oficiais e que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

18.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da Comissão Especial de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal, introduzidos pela Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.5. Não serão aceitos como documentos hábeis a suprir exigências deste EDITAL pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

Habilitação Jurídica

18.6. A habilitação jurídica da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.6.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

18.6.2. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

18.6.2.1. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor;

18.6.3. Ato constitutivo, devidamente inscrito, no caso de sociedade simples, acompanhado de documento demonstrativo da composição da diretoria em exercício;

18.6.3.1. Na hipótese de existir alteração no documento citado acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor;

18.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

18.6.5. Comprovante da autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em se tratando de LICITANTE instituição financeira;

18.6.6. Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pela Secretaria de Previdência Complementar, em se tratando de LICITANTE entidade aberta ou fechada de previdência complementar.

18.6.7. Em se tratando de LICITANTE fundo de investimento, este deverá apresentar os seguintes documentos: (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente; (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício; (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários; (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver), devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos; (v) Comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que dela decorrem; (vi) Comprovante de qualificação e registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários.

18.6.8. Termo de compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico, acompanhado das respectivas minutas de estatuto social e quadro acionário até o último nível de controladores;

18.6.9. Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo V.

Qualificação Econômico-Financeira

18.7. A qualificação econômico-financeira da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.7.1. GARANTIA DE PROPOSTA, a ser apresentada na modalidade e forma previstas no item 14;

18.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos envelopes;

18.7.2.1. A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

18.7.2.2. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(i) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade em que tiver sede a LICITANTE, com a indicação do número das páginas transcritas no livro diário, e ser registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;

(ii) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

(iii) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;

(iv) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente.

(v) Quando se tratar de empresas estrangeiras, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social deverão ser apresentados com todos os valores convertidos para R\$ (reais), na forma do item 16.11. e 16.11.1.

18.7.3. Comprovação de atendimento aos indicadores mencionados neste item, com exceção dos fundos de investimentos e das entidades de previdência complementar, mediante demonstrativo de cálculo, devidamente assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade, tomando por base o balanço patrimonial do último exercício que satisfaça referidos indicadores, utilizando as fórmulas apresentadas a seguir:

(i) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

(ii) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 3,0. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IE = -----

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.7.4. Os fundos de investimentos deverão comprovar Índice de Alavancagem (IA) igual ou menor a 14, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

IA = CT / PL

Onde:

CT = Captação Total, representado pelo passivo real, menos o patrimônio líquido e os diversos;

PL= Patrimônio Líquido, representado pelo capital social integralizado, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos os prejuízos.

18.7.5. As entidades de previdência complementar deverão comprovar Índice de Cobertura de Benefícios (ICB) igual ou maior a 0,7, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICB = (AT - CC - EO - EC - F - BC - PMI) / BaC$$

Onde:

AT = Ativo Total;

CC = Contribuições Contratadas;

EO = Exigível Operacional;

EC = Exigível Contingencial;

F = Fundos;

BC = Benefícios Concedidos;

PMI = Provisões Matemáticas a Integralizar;

BaC = Benefícios a Conceder.

18.7.6. Em caso de participação de sociedades em consórcio, cada membro do consórcio deverá demonstrar individualmente o atingimento dos índices acima.

18.7.7. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da LICITANTE;

(i) Para as LICITANTES sediadas no MUNICÍPIO, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(ii) As LICITANTES sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperações judiciais e extrajudiciais, e insolvências civis.

Regularidade Fiscal

18.8. A regularidade fiscal da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

18.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação;

18.8.3. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.8.3.1. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

18.8.3.2. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

18.8.3.3. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

18.8.4. No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

18.8.4.1. No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

18.8.5. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

18.8.6. No caso de LICITANTE estrangeira, a comprovação de regularidade fiscal será aferida por meio da apresentação de documentos equivalentes aos relacionados, sempre de acordo com a lei do país de origem da LICITANTE e observadas as formalidades previstas nesse EDITAL.

Regularidade Trabalhista

18.9. A documentação relativa à regularidade trabalhista da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

18.9.1. Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo V, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal nº 23.445/03.

18.9.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

Qualificação Técnica

18.10. A LICITANTE – ou ao menos uma das consorciadas - deverá comprovar experiência mínima de 60 (sessenta) meses de gestão ou de prestação de serviços não assistenciais, em unidades hospitalares com pelo menos:

- 10 (dez) mil metros quadrados de área total construída;
- 150 (cento e cinquenta) leitos de internação;
- 20 (vinte) leitos de UTI, dentre o total de 150;
- 2 (duas) salas de cirurgia; e
- Produção anual mínima de 360 (trezentos e sessenta) procedimentos de alta complexidade em serviços de saúde, especificados conforme Tabela de Procedimentos Medicamentos e OPM do SUS;

18.10.1 Seja em gestão ou em prestação de serviços, a LICITANTE - ou consorciada - precisará comprovar responsabilidade direta sobre a execução de ao menos 5 (cinco) dos serviços não assistenciais descritos no ANEXO II.1 CADERNO DE ENCARGOS, sendo que 2 (dois) serviços serão OBRIGATÓRIOS, a saber:

- Nutrição (pacientes, acompanhantes e colaboradores);
- Limpeza e Higienização;

Os demais serviços devem ser escolhidos de acordo com a lista descrita abaixo:

- Engenharia Clínica;
- Logística Hospitalar e Almoxarifado;

- Esterilização;
- Transporte interno (“maqueiros”);
- SAME;
- SESMT;
- Morgue;
- Logística de Resíduos Sólidos de Saúde;
- Lavanderia e Rouparia;
- Portaria, Recepção e Estacionamento;
- Vigilância e Segurança Patrimonial;
- Manutenção Predial;
- Manutenção de TI e Telefonia;

18.10.2 A comprovação de experiência deverá se dar mediante apresentação de documentação que comprove e descreva o período de gestão ou prestação de serviços, o porte da unidade hospitalar (área total, quantidade de leitos comuns e de UTI, salas de cirurgia) e a relação de atendimentos que compõem o número total de procedimentos, incluindo número do atendimento, procedimento realizado, data de internação, data de alta.

18.10.3 Na hipótese de a LICITANTE - ou ao menos uma das consorciadas - gerir unidade hospitalar de propriedade de terceiros, poderá se qualificar para a CONCORRÊNCIA mediante apresentação de atestado emitido pela unidade hospitalar, contendo as seguintes informações: (i) Informações sobre o porte da unidade hospitalar; (ii) Escopo e objeto detalhado do contrato de prestação de serviços, em especial quanto à gestão administrativa e/ou técnica da unidade hospitalar; (iii) Comprovação de que a experiência na gestão do hospital corresponde ao período no qual a unidade hospitalar era gerida / operada pela LICITANTE.

- 18.11 Para fins de comprovação da capacidade técnica solicitada neste Edital, serão aceitos atestados emitidos para profissionais que integrem o quadro permanente da LICITANTE, na data prevista para a entrega dos envelopes, e/ou para profissionais que venham a ser contratados para os quadros permanentes da SPE.
- 18.12 Os atestados deverão conter as seguintes informações: (i) objeto; (ii) datas de início e de término da realização das atividades e serviços; (iii) datas de início e término da participação da empresa no CONSÓRCIO, quando o atestado tiver sido emitido em nome de CONSÓRCIO; (iv) local da realização das atividades e serviços; (v) razão social do emitente; e (vi) nome e identificação do signatário, com informações atualizadas de seus telefones e e-mail para contato.
- 18.13 Será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa(s) do mesmo grupo econômico em favor da LICITANTE participante.
- 18.14 A experiência exigida neste EDITAL também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob CONTROLE comum da LICITANTE, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob CONTROLE comum, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira) seja devidamente comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do presente EDITAL.
- 18.15 A relação entre a LICITANTE e a empresa detentora dos documentos de comprovação da experiência constante dos itens 18.10 e 18.10.1 deste EDITAL, deve ser comprovada mediante a apresentação de (i) organograma do GRUPO ECONÔMICO que demonstre a(s) relação(ões) societária(s) entre a LICITANTE e a empresa detentora dos referidos documentos de comprovação; e (ii) documentos societários, nos termos da legislação aplicável, que embasam as relações societárias indicadas naquele organograma, tais como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações (incluindo ações escriturais), livros de registro de transferência de ações (incluindo ações escriturais) e acordos de quotistas ou de acionistas.

- 18.16 Deverá ser apresentada relação da equipe técnica da LICITANTE que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação da qualificação de cada um de seus membros e de que faz parte do quadro permanente da empresa LICITANTE, sendo que a comprovação de vínculo profissional previsto neste item pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das PROPOSTAS.
- 18.17 Para fins de comprovação da capacidade técnica solicitada, serão aceitos atestados emitidos para profissionais que integrem o quadro permanente da LICITANTE na DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e/ou para profissionais que venham a ser contratados para os quadros permanentes da CONCESSIONÁRIA.
- 18.18 A comprovação de vínculo poderá ser feita através de contrato de trabalho (com a devida anotação em CTPS) ou de contrato de prestação de serviços profissionais, ou ainda, de promessa de contrato de prestações de serviços profissionais (contendo obrigação firme de o técnico assumir a função de responsável técnico da Concessionária em caso de a LICITANTE sagrar-se vencedora do certame).
- 18.19 A LICITANTE deverá apresentar, ainda:
- 18.19.1 Declaração formal da licitante de que atenderá às exigências e disposições do Decreto Municipal nº 21.682/02, quando for o caso.
- 18.19.2 Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo V, quando for o caso.
- 18.19.3 Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro.

19. PROPOSTA ECONÔMICA

19.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua PROPOSTA ECONÔMICA.

19.2. A PROPOSTA ECONÔMICA será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do ANEXO do EDITAL, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta.

19.3. A PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE deverá conter o valor referente à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, que deve ser expresso em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, além das demais informações e declarações, na forma do modelo estabelecido no ANEXO do EDITAL.

19.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores expressos em algarismos e seus respectivos extensos, prevalecerão estes últimos.

19.3.2. Os prazos, as regras e os procedimentos para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA são os descritos no CONTRATO.

19.4. Juntamente com a PROPOSTA ECONÔMICA, a LICITANTE deverá apresentar o PLANO DE NEGÓCIOS, que deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes do Anexo XII da Minuta de Contrato (ANEXO I).

19.5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste EDITAL, nem de preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais LICITANTES.

19.6. O prazo de validade das PROPOSTAS ECONÔMICAS deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias contados da data designada para entrega dos envelopes.

“20. ABERTURA E ANÁLISE DA GARANTIA DA PROPOSTA E ABERTURA, EXAME E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS

20.1. A LICITAÇÃO será processada e julgada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO regularmente instituída, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização do certame, obedecidas as regras, trâmites e prazos estabelecidos neste EDITAL.

20.2. As LICITANTES deverão apresentar os ENVELOPES na DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

20.3. Após o término do recebimento, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO promoverá a abertura do ENVELOPE Nº 1, contendo a GARANTIA DE PROPOSTA e documentos de representação, quando então será verificado o atendimento ao disposto no item 15 deste EDITAL.

20.4. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas, com apoio da B3, bem como de outros membros do PODER CONCEDENTE, e decidirá a respeito da aptidão das LICITANTES.

20.5. A decisão de aceitação ou não dos documentos constantes dos ENVELOPES Nº 1 apresentados será publicada no Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro.

20.6. Após a publicação da decisão prevista no item 16.5, serão abertos na SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO os ENVELOPES Nº 2, contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS das LICITANTES que tiveram seus ENVELOPES Nº 1 aceitos, procedendo-se ao seu exame pelo DIRETOR DA SESSÃO e pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, à leitura e à classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS neles contidas, bem como à abertura de lances a viva-voz, conforme as regras a seguir expostas.

20.7. Serão desclassificadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS:

- (i) apresentadas em desacordo com o modelo contido no ANEXO IV;
- (ii) que deixarem de observar as exigências e condições ou não contiverem todos os documentos requeridos pelo EDITAL;
- (iii) que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- (iv) que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
- (v) que implicarem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;
- (vi) que apresentarem oferta com desconto ou qualquer outra vantagem em relação às PROPOSTAS ECONÔMICAS das demais LICITANTES, ou de qualquer outra natureza;
- (vii) que não estiverem totalmente expressas em R\$ (reais);
- (viii) que não estiverem redigidas em língua portuguesa;
- (ix) que não considerarem todos os tributos incidentes sobre o objeto da LICITAÇÃO, na forma da legislação vigente;
- (x) que considerarem qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem que efetivamente exista no momento da LICITAÇÃO;
- (xi) cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- (xii) que ofereçam valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA excessivo, assim considerados aqueles superiores ao montante de R\$ 197.704.486,15 (cento e noventa e sete milhões, setecentos e quatro mil, quatrocentos e

oitenta e seis reais e quinze centavos) por ano, estimado pela Administração;

(xiii) que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.

20.8. As LICITANTES classificadas serão aquelas cujas PROPOSTAS ECONÔMICAS atendam à totalidade das exigências estabelecidas na legislação vigente aplicável e aos termos previstos neste EDITAL.

20.9. Uma vez analisadas, as PROPOSTAS ECONÔMICAS serão inicialmente classificadas em ordem crescente de valor proposto, sendo, portanto, a primeira colocada a PROPOSTA ECONÔMICA com menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.

20.10. Após determinação da classificação inicial das LICITANTES, participarão da etapa à viva-voz aquelas cujas PROPOSTAS ECONÔMICAS atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

20.10.1. represente uma das 3 (três) melhores PROPOSTAS ECONÔMICAS, conforme a classificação referida no item 16.9; ou

20.10.2. represente valor igual ou superior a 80% do valor da PROPOSTA ECONÔMICA mais bem classificada na classificação inicial.

20.11. No caso de não haver lances na etapa à viva-voz, a PROPOSTA ECONÔMICA inicialmente classificada em primeiro lugar será declarada a proposta mais bem classificada.

20.12. Os lances à viva-voz deverão atender os seguintes requisitos para serem considerados válidos:

20.12.1. deverão reduzir o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA no momento da apresentação do lance, não sendo admitidos lances intermediários;

20.12.2. não poderão ter valor idêntico ao lance de outra LICITANTE;

20.12.3. deverão respeitar o valor mínimo de variação a ser informado pelo DIRETOR DA SESSÃO, conforme decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, variação essa que terá como referência a PROPOSTA ECONÔMICA melhor classificada até o momento;

20.12.4. deverão ser apregoados em ordem inversa à classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS escritas, de modo que a LICITANTE melhor classificada seja, em cada rodada de lances, a última a apresentar lance.

20.13. Se nenhuma LICITANTE apregoar nova proposta no prazo assinalado pelo DIRETOR DA SESSÃO para a oferta de novos lances, será declarada proposta vencedora da LICITAÇÃO o melhor lance ofertado até então.

20.14. Ao final da etapa de lances à viva-voz, caso realizada, o DIRETOR DA SESSÃO anunciará a ordem de classificação final das LICITANTES, em ordem crescente de valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA.

20.15. Imediatamente após o término da etapa de lances à viva-voz, as LICITANTES que ofertaram lances na referida disputa deverão ratificar os seus lances finais mediante a assinatura de termo de ratificação emitido pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, conforme modelo constante do ANEXO V, mediante aposição de assinatura pelos respectivos REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

20.15.1. Não haverá ratificação da PROPOSTA ECONÔMICA se não houver etapa de lances.

20.16. A LICITANTE que ofertar o menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ficará classificada em primeiro lugar.

20.17. Em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO verificará o atendimento às preferências estabelecidas nos incisos do § 2º, do art. 3º da LEI DE LICITAÇÕES, e mantendo-se o empate, a classificação far-se-á diretamente por meio de sorteio realizado na mesma sessão, nos termos do § 2º, do art. 45, da LEI DE LICITAÇÕES.

20.18. A classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS será publicada no Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro.

21. ABERTURA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21.1. Ato contínuo à fase de exame da PROPOSTA ECONÔMICA, será aberto o ENVELOPE Nº 3, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, da LICITANTE classificada em primeiro lugar, a fim de verificar o cumprimento das exigências de habilitação contidas neste EDITAL.

21.2. Ficará aberta às demais LICITANTES a possibilidade de examinar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada, após a análise e julgamento pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, no prazo

de interposição de recurso contra a decisão de habilitação proferida pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

21.3. Caso a LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA tenha sido classificada em primeiro lugar não esteja devidamente habilitada, será declarada inabilitada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em decisão motivada, de modo que a LICITAÇÃO prosseguirá com a abertura do ENVELOPE nº 3 daquela classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma das LICITANTES classificadas atenda às condições fixadas pelo presente EDITAL.”

22. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS

22.1. Eventuais falhas ou defeitos formais nos documentos apresentados pelas LICITANTES, referentes à GARANTIA DE PROPOSTA, aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou às PROPOSTAS ECONÔMICAS, poderão ser relevados ou sanados, a juízo da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, mesmo que para tanto seja necessária a realização de diligência.

22.2. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO, vedada a inclusão de documento que deveria constar originalmente da documentação entregue pela LICITANTE, nos termos do artigo 43, § 3º, da LEI DE LICITAÇÕES.

22.3. As LICITANTES deverão cumprir as exigências formuladas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma única vez, a exclusivo critério da comissão, caso haja justificativa.

23. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

23.1. Das decisões da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO caberá recurso, nos termos do artigo 109 da LEI 8.666/93, a ser protocolizado na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço da Afonso Cavalcanti, 455, 8º andar, das 10 às 17 horas, devendo o protocolo ser feito em até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da Ata de Julgamento da LICITAÇÃO no DOM/RJ que declarar a LICITANTE vencedora.

23.2. A interposição de recurso será comunicada às demais LICITANTES, que poderão impugnar o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

23.3. O recurso será dirigido à AUTORIDADE SUPERIOR, por intermédio da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a qual poderá reconsiderar sua

decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, dar-lhe seguimento, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

23.4. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista aberta à LICITANTE interessada.

23.5. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos: (i) ser devidamente fundamentados; (ii) ser assinados por REPRESENTANTE CREDENCIADO ou representante legal com poderes suficientes para praticar o ato; (iii) ser protocolados junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; e, (iv) não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos envelopes de GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA ECONÔMICA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

23.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

23.7. O resultado da LICITAÇÃO será submetido pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO à AUTORIDADE SUPERIOR competente para homologação e adjudicação do objeto da LICITAÇÃO.

23.8. O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.9. As LICITANTES poderão recorrer do exame e análise das GARANTIAS DE PROPOSTA, do exame e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em fase recursal única, que terá início após a publicação da decisão que declarar a LICITANTE vencedora.

24. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

24.1. O processo administrativo da LICITAÇÃO deverá ser remetido à AUTORIDADE SUPERIOR para homologação do certame e ADJUDICAÇÃO do OBJETO desta LICITAÇÃO.

24.2. O OBJETO será adjudicado ao LICITANTE habilitado classificado em primeiro lugar no certame.

24.3. Na eventualidade de o CONTRATO não vir a ser celebrado por desinteresse da LICITANTE vencedora ou pelo não comparecimento para assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá adjudicar o CONTRATO à LICITANTE habilitada classificada em segundo lugar, nas mesmas condições oferecidas pela LICITANTE vencedora, desde que a decisão seja devidamente justificada.

24.4. Se houver mais de uma recusa, poder-se-á adotar procedimento idêntico para as demais LICITANTES habilitadas e classificadas.

25. CONVOCAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

25.1. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO e homologado o certame, a LICITANTE vencedora será convocada para, no prazo de até 30 (trinta) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nos itens seguintes, e fazer com que a CONCESSIONÁRIA celebre o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação das penalidades previstas na LEI DE LICITAÇÕES.

25.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado pela AUTORIDADE SUPERIOR, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

Constituição da Concessionária

25.3. Para a assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá constituir uma sociedade de propósito específico, em conformidade com a lei brasileira, com sede no MUNICÍPIO.

25.4. Caso o ADJUDICATÁRIO seja LICITANTE individual, a sociedade de propósito específico deverá ser sua subsidiária integral.

25.5. Em caso de CONSÓRCIO, o ADJUDICATÁRIO deverá constituir a CONCESSIONÁRIA observada a composição acionária apresentada no compromisso de constituição de SPE apresentado na LICITAÇÃO.

25.6. No prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá apresentar o instrumento de constituição da sociedade de propósito específico de que trata esta Seção, acompanhado das certidões que comprovem o registro tempestivo na Junta Comercial do Rio de Janeiro e o registro no CNPJ/MF.

25.7. A CONCESSIONÁRIA, constituída pelo ADJUDICATÁRIO, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objeto a execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e atividades correlatas.

25.8. O tempo de duração da CONCESSIONÁRIA deverá ser, pelo menos, igual ao prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, acrescido do tempo necessário para a liquidação e extinção de todas as suas obrigações.

25.9. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar Cláusula que vede alteração do objeto social da CONCESSIONÁRIA; que proíba a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes da Concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do

serviço objeto da Concessão e que submeta à prévia aprovação do MUNICÍPIO: (i) qualquer alteração no capital social que implique sua redução; (ii) propostas de emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem, em caso de conversão, alteração no controle da sociedade ou que tenham como garantia ações com direito a voto de acionistas integrantes do grupo controlador da CONCESSIONÁRIA; (iii) as operações de fusão, cisão ou incorporação relativas em que seja parte a CONCESSIONÁRIA; (iv) a contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão.

25.10. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser igual ou superior ao montante de 10% (dez por cento) do valor estimado de investimentos por todo o prazo do contrato, de R\$ 848.260.001,71 (oitocentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta mil e um reais e setenta e um centavos), o que corresponde a R\$ 84.826.000,17 (oitenta e quatro milhões e oitocentos e vinte e seis mil reais e dezessete centavos), e sua parcela integralizada em dinheiro de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital subscrito, devendo os 90% (noventa por cento) restantes serem integralizados conforme previsto no PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSIONÁRIA sem a possibilidade de redução do capital investido, frente aos novos investimentos não previstos e ao alto custo do capital de giro.

25.11. Imediatamente após a celebração do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deve encaminhar ao PODER CONCEDENTE o seu estatuto social, quadro acionário até o último nível de controladores e acordo de acionistas ou documento similar, se houver, os quais devem corresponder às minutas apresentadas na fase de habilitação da LICITAÇÃO.

25.12. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Federal nº 11.079/04.

25.13. Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares à prestação dos serviços relativos ao objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.

Garantia de Execução do Contrato

25.14. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do CONTRATO, no prazo de até o dia útil anterior à assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá

apresentar ao PODER CONCEDENTE o comprovante de que prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, equivalente a 1% (um por cento) do valor do CONTRATO.

25.15. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será prestada de acordo com as regras previstas no CONTRATO.

25.16. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO não poderá conter ressalva ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.

25.17. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO correrão por conta da LICITANTE, da CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas, conforme o caso.

25.18. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada periodicamente, e será gradualmente liberada, conforme previsto no CONTRATO.

Ressarcimento dos Estudos Vinculados à Concessão Administrativa

25.19. Em até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar o pagamento do valor de R\$ 3.266.280,90 (três milhões e duzentos e sessenta e seis mil e duzentos e oitenta reais e noventa centavos) a título de ressarcimento dos custos incorridos pelo consórcio Pezco-Kraft-Apparecido, grupo privado autorizado no âmbito de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), cujos estudos que subsidiaram este processo licitatório foram aprovados pela Comissão de Avaliação do PMI após autorização do PODER CONCEDENTE, conforme publicação de 22/12/2021 no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, com fulcro no artigo 21 da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES.

25.20. Comprovação do pagamento do valor de R\$ 446.514,31 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e um centavos), que será emitido via boleto bancário após a publicação do ato de adjudicação com vencimento para 15 (quinze) dias, que serão devidos à B3 pela assessoria ao procedimento licitatório nos termos do nos termos do processo administrativo CCP-PRO-2023/00027, devidamente atualizado pelo IPCA/IBGE após 1 (um) ano da data base de maio de 2023.

25.21. Comprovação do pagamento do valor de R\$ 141.004,52 (cento e quarenta e um mil, quatro reais e cinquenta e dois centavos), que será emitido via boleto bancário após a publicação do ato de adjudicação com vencimento para 15 (quinze) dias, que serão devidos à CCPAR pela assessoria ao procedimento licitatório nos termos do processo administrativo CCP-PRO-2023/00027.

Contratação de Serviços de Engenharia

25.22. Apresentação ao PODER CONCEDENTE de contrato de prestação de serviços firmado entre a SPE e empresa(s) responsável(is) pela execução das OBRAS e serviços de manutenção predial previstos no ANEXO II - Caderno de Encargos e seus Apêndices.

25.22.1. O contrato previsto neste item deverá ter por prazo de vigência todo o período do CONTRATO de CONCESSÃO, facultada a substituição da empresa contratada pela SPE por outra com a mesma qualificação técnica, desde que devidamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

25.22.2. A comprovação da capacidade técnica da empresa contratada será atestada por intermédio de Certificado de Atestação Técnica - CAT - nos quais se indiquem, no mínimo:

- a. Execução de ao menos 3 (três) projetos envolvendo obras civis de edificações similares ao objeto previsto neste EDITAL, tendo cada um dos projetos área maior ou igual a 9.518 mil m² de intervenção, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da área construída atual do CHMSA; e
- b. Serviços de manutenção predial hospitalar em edifício(s) com área de, no mínimo, 9.518 mil m², equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da área construída atual do CHMSA, incluindo manutenção de instalações hidrossanitárias prediais, de sistema de hidrantes, detecção, alarme e sinalização de incêndio, de pintura e de instalações elétricas;

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE permitirá a aplicação de multa que será executada em favor do PODER CONCEDENTE.

26.2. Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou infração grave de regra prevista neste EDITAL, notadamente: (i) impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem; (ii) devassar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo; (iii) afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (iv) desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida; (v) apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou, (vi) utilizar-se de documento falso com vistas a participar da presente LICITAÇÃO.

26.3. À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal: (i) advertência; (ii) multa, proporcional à gravidade da falta, cujo valor máximo corresponderá ao valor da GARANTIA DE

PROPOSTA oferecida; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos; e, (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o PODER CONCEDENTE.

26.4. Para a aplicação das penalidades aqui estipuladas serão observados o contraditório e a ampla defesa.

27. CONTRATO

27.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da MINUTA constante do ANEXO I. Objeto do Contrato

27.2. CONTRATO tem por objeto a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ASSISTENCIAIS NAS UNIDADES DA COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 1.0 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPLEXO HOSPITALAR MUNICIPAL SOUZA AGUIAR (CHMSA), devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência no CONTRATO e seus ANEXOS, na forma da lei.

Prazo de Vigência do Contrato

27.3. O CONTRATO vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da data estabelecida na ordem de início.

Direitos e Obrigações do Poder Concedente, da Concessionária e dos Usuários

27.4. Os direitos e obrigações do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e dos USUÁRIOS estão descritos no CONTRATO.

27.5. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, incumbe ao PODER CONCEDENTE: (i) regulamentar o serviço delegado e fiscalizar permanentemente a sua prestação; (ii) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais; (iii) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstas em lei, no regulamento e no CONTRATO; (iv) extinguir a CONCESSÃO, na forma prevista em lei e no CONTRATO; (v) homologar reajuste das tarifas de referência, na forma prevista em lei e no CONTRATO; (vi) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do CONTRATO; (vii) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS; (viii) estimular o aumento da qualidade, produtividade, competitividade, obedecida a preservação e proteção de meio ambiente; (ix)

declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo desapropriações diretamente ou mediante outorga de poderes à CONCESSIONÁRIA, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis; (x) declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à CONCESSIONÁRIA, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis. (xi) incentivar a competitividade; fomentar formação de associações de usuários em defesa de interesses relativos ao serviço e garantir a plena execução da CONCESSÃO.

27.6. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, incumbe à CONCESSIONÁRIA: (i) prestar serviço adequado, na forma da lei, do regulamento e do CONTRATO; (ii) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e o CONTRATO; (iii) manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO; (iv) prestar contas da gestão do serviço ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, nos termos definidos nas normas regulamentares e no CONTRATO; (v) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; (vi) permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, as obras aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis; (vii) promover as desapropriações e construir servidões quando determinado e autorizado pelo PODER CONCEDENTE; (viii) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação de serviço.

Remuneração da Concessionária

27.7. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta pela CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, e pelas RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme previstas no CONTRATO, seus ANEXOS e os CRITÉRIOS DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA.

27.8. Como contrapartida pela execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS, conforme especifica no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme valor indicado em sua PROPOSTA ECONÔMICA.

Bens Reversíveis

27.9. Os bens considerados reversíveis, os procedimentos de transferência à CONCESSIONÁRIA e reversão ao PODER CONCEDENTE e o respectivo regime jurídico são aqueles estabelecidos no CONTRATO.

Reajuste

27.10. Somente ocorrerá o reajustamento dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA na periodicidade e forma previstas no CONTRATO.

Revisão do Contrato

27.11. As condições do CONTRATO serão revistas, nos casos previstos na minuta do CONTRATO, mantendo-se sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro. O procedimento e a forma de revisão do CONTRATO estão previstos no seu respectivo instrumento.

Garantia da Contraprestação Pública

27.12. O PODER CONCEDENTE prestará, em favor da CONCESSIONÁRIA, a GARANTIA PÚBLICA nos termos do CONTRATO e do seu ANEXO VII.

Seguros

27.13. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de sua livre escolha, os seguros previstos no CONTRATO.

Foro

27.14. Qualquer disputa ou controvérsia relativa ao procedimento licitatório ou ao CONTRATO, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amigavelmente será resolvida no Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – RJ.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS

Comunicações

28.1. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, mediante publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO e disponibilizadas no site e-compras, salvo quando, na forma da Lei, for possível dar ciência pessoal indistintamente a todos os licitantes ou aos respectivos representantes legais.

28.2. Contagem de Prazos

28.3. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

28.4. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente no PODER CONCEDENTE.

29. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

29.1. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente.

29.2. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

29.3. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.

29.4. A LICITAÇÃO a que se refere este EDITAL poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público ou anulada, sem que caiba às LICITANTES qualquer tipo de indenização por estes motivos, de acordo com o artigo 387 do Decreto Municipal 3.221/81 – RGCAF combinado com o artigo 49 da LEI DE LICITAÇÕES.

29.5. O PODER CONCEDENTE promoverá a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da CONCESSIONÁRIA.

29.6. Nenhuma indenização será devida às LICITANTES pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente EDITAL.

29.7. Qualquer modificação no EDITAL exigirá divulgação pela mesma forma de que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas.

29.8. Em caso de divergência entre as regras do EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL.

30. DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

30.1. Integram o presente EDITAL, como partes indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - Minuta do Contrato

ANEXO II.1 - Caderno de Encargos

ANEXO II.2 - Caderno de Arquitetura

ANEXO II.3 - Caderno de Engenharia

ANEXO II.4 - Caderno de Sustentabilidade

ANEXO II.5 – Indicadores de Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bl. 1, 7º andar – Sala 701
Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.211-110
Tel: (21) 2976-2024 / (21) 2976-2026

ANEXO II.6 – Plano de Implantação de Tecnologia

ANEXO II.7 – Relatório de Projeções de Investimentos

ANEXO III - Estudo Econômico de Referência

ANEXO IV – Modelo de Proposta Econômica

ANEXO V - Carta de Credenciamento e Modelos de Cartas e Declarações

ANEXO VI – Manual de Procedimentos da B3

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2023.